



Desigualdades entrelaçadas: a interseccionalidade entre raça e gênero na luta da mulher negra

Interwoven inequalities: the intersectionality of race and gender in the struggle of black women

Madali dos Santos Andrade¹

Lélia Gonzalez (1935-1994) foi professora, intelectual, feminista e militante do movimento negro brasileiro. Com formação acadêmica em Filosofia e História, também possuía mestrado em Comunicação Social e doutorado em Antropologia. Ao longo de sua trajetória, destacou-se como uma das vozes mais influentes do feminismo negro e da luta antirracista no Brasil.

Na sua obra "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira" (1984), Lélia Gonzalez analisa o racismo e o sexismo na sociedade brasileira, articulando as ideias a partir da interseccionalidade. Intelectual e ativista negra, Gonzalez se destacou como uma das líderes do movimento negro no Brasil, dedicando sua trajetória à defesa dos direitos das mulheres e à luta contra a segregação racial.

Termos como "mulata", "mucama", "doméstica" e "mãe preta" compartilham um traço em comum em sua obra: a forma como a mulher negra é historicamente vista e tratada. Embora "doméstica" seja a nomenclatura mais utilizada atualmente, Gonzalez recorre a essas expressões para ilustrar os impactos do racismo e do sexismo, evidenciando como as estruturas de opressão se mantêm por meio da desvalorização da mulher negra, da marginalização social e da reprodução de estereótipos que limitam seu acesso a direitos e oportunidades.

A mãe preta do período escravocrata equivale à babá dos dias atuais, assim como a mucama daquela época corresponde às trabalhadoras domésticas de hoje. Essa realidade, destacada por Gonzalez, demonstra que, ao longo dos anos, a mulher negra continua tendo poucas possibilidades de ascensão social. A própria trajetória da autora ilustra essa luta: filha de pais pobres e tendo trabalhado como empregada doméstica, Gonzalez conseguiu romper essas barreiras por meio da educação, desafiando as limitações impostas às mulheres negras de sua época.

Lélia, feminista e militante negra, nasceu em 1935. Sua obra também reflete sobre os obstáculos vivenciados pela população negra nessa época, destacando questões como a tentativa de apagamento da cultura africana no Brasil, associada à ideologia do "branqueamento". A filósofa denuncia como o racismo estrutural é mascarado pelo discurso da falsa igualdade, que ignora o preconceito e a discriminação vivida pelo povo negro. Através das noções de consciência e memória,

¹ Graduanda do curso Bacharelado em Secretariado Executivo, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: m333andrade@gmail.com.

Gonzalez critica o discurso dominante, que apaga a história negra enquanto a memória ressurge como resistência e reivindicação de identidade.

O texto da autora faz uma crítica muito pertinente ao versar sobre o mito da democracia racial, que prega um discurso de que a população negra tem respaldo e vive em condições iguais às de todos os outros grupos, sem distinção de raça ou etnia. Entretanto, no dia a dia não é essa a realidade que se observa. Um exemplo disso está na própria epígrafe citada por Gonzalez, que revela como o negro é tratado historicamente. Como bem pontuou Djamila Ribeiro (2018, p. 83): “Como negra não quero mais ser objeto de estudo, mas sim o sujeito da pesquisa.” Sobretudo, infelizmente, ainda vivemos em uma sociedade que insiste em reproduzir desigualdades e invisibilizações, como Gonzalez já apontava.

No ensaio, a autora também analisa como a cultura brasileira, especialmente durante festejos como o Carnaval, oferece visibilidade à mulher negra. Contudo, Gonzalez alerta que essa visibilidade muitas vezes resulta na objetificação do corpo negro. No Carnaval, a mulher negra recebe destaque, mas frequentemente é reduzida a um estereótipo sexualizado, sendo desumanizada e explorada.

A hipersexualização do corpo feminino negro é abordada sob um viés histórico: durante a escravidão, a iniciação sexual de homens brancos frequentemente ocorria com mulheres negras. Nos dias atuais, essa dinâmica persiste, pois muitas vezes a mulher negra continua sendo vista como objeto de prazer sexual, mas raramente considerada digna de casamento ou de formar uma família.

Além disso, Gonzalez destaca as inúmeras dificuldades enfrentadas pela mulher negra, historicamente marcada pela opressão e pela inferiorização. Seus traços e cabelos foram e ainda são estigmatizados e frequentemente ridicularizados na cultura popular. Essa realidade fortalece o conceito do que hoje feministas e intelectuais chamam de solidão da mulher negra, caracterizada pelo isolamento, pela marginalização e pela constante luta por reconhecimento e pertencimento.

Lélia Gonzalez se sobressai por sua abordagem crítica sobre feminismo negro, segregação racial e questões de gênero. Pioneira em pesquisas sobre cultura negra, a autora utiliza a psicanálise para refletir sobre a lógica da dominação, que busca “domesticar” o negro, mantendo-o infantilizado e privado do direito de se expressar plenamente. Essa lógica garante aos brancos o privilégio da fala e da decisão. A epígrafe presente na obra ilustra esse processo: quando o negro tenta romper o ciclo de silêncio e controle sobre sua expressão, sua afirmação desestabiliza a ordem estabelecida, gerando desconforto nos que detêm o poder.

Discutir racismo e sexismo em uma sociedade historicamente construída sobre a escravidão, na qual o negro sempre foi colocado como subalterno, é um desafio imenso. Gonzalez evidencia as lacunas que tornam essa reparação difícil, pois a cultura vinculada ao povo negro ainda é percebida de forma negativa, inclusive em aspectos linguísticos.

A autora demonstra como o racismo se manifesta até na linguagem. A troca do “R” pelo “L” em falas de afrodescendentes, por exemplo, é alvo de preconceito, apesar de ser uma característica fonética de algumas línguas africanas. Paradoxalmente, variações linguísticas usadas por pessoas brancas, como “cê” e “tá”, são socialmente aceitas, evidenciando a seletividade do preconceito.

O ensaio apresenta reflexões fundamentais sobre o machismo, o patriarcado e os desafios do feminismo negro, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, sua estrutura e linguagem podem ser um entrave para o público que a autora pretende atingir. Ao recorrer à psicanálise, baseada em Freud e Lacan, o texto se torna menos acessível às mulheres que vivenciam as situações descritas na obra. Esse ponto é abordado por Bárbara Karine em seu livro "E eu, não sou intelectual?", ao questionar a necessidade de tornar os textos mais democráticos e emancipadores. Afinal, para quem estamos escrevendo? Se queremos que essas reflexões cheguem às pessoas historicamente excluídas da educação formal, a acessibilidade textual se torna uma questão essencial.

"Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira" é uma obra fundamental para quem deseja compreender a interseção entre racismo e sexismo no Brasil. Seu conteúdo é essencial para mulheres negras e para estudiosos que buscam aprofundar sua compreensão sobre essas questões estruturais. Embora sua abordagem teórica possa dificultar a leitura para determinados públicos, sua contribuição para o pensamento social e acadêmico é inquestionável. Ainda que o ensaio tenha sido escrito em 1984, num período anterior aos debates que hoje chamamos de "decolonial", o ensaio de González antecipa reflexões que permanecem centrais para o debate sobre raça, gênero e desigualdade na sociedade hodierna.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **E eu, não sou intelectual?**: um quase manual de sobrevivência acadêmica. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.